



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 536/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1998/2009 (04 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH.

4- Exercício: 2008.

5- Responsável: Sr. Rildo Cavalcante de Oliveira, Diretor e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICA/AM - Informação nº 28/2016 (fl. 736).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2295/2016-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 738).

8- Relator: Conselheiro Erico Xavier Desterro da Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias. Exercício 2008.

Contas Irregulares. Alcance. Multa. Notificação ao Interessado. Prazo.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregulares as Contas Anuais da Superintendência de Navegação, Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas – S.N.P.H, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. **Rildo Cavalcante de Oliveira**, na forma do art. 22, III, “b”, “c” e “d” da Lei nº 2.423/1996;

9.2- Seja o Sr. Rildo Cavalcante de Oliveira considerado em **alcance**, no valor total de **R\$ 116.343,06** (cento e dezesseis mil, trezentos e quarenta e três reais e seis centavos), discriminados da seguinte forma:

9.2.1- R\$ 6.420,00 (seis mil, quatrocentos e vinte reais), nos termos do art. 304, inciso I da Resolução TCE/AM n. 04/2002, referentes à diferença entre a melhor proposta e o que de fato foi pago à empresa NAVEPETRO Ltda. contratada por valor superior aos demais oferecidos, consoante itens de 24 a 27 do Relatório/voto;

9.2.2- R\$ 22.367,03 (vinte e dois mil, trezentos e sessenta e sete reais e três centavos), nos termos do art. 304, VI da Resolução TCE/AM n. 04/2002, referentes às impropriedades dos itens 30 e 31 do Relatório/Voto;

9.2.3- R\$ 87.556,03 (oitenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e três centavos), nos termos do art. 304, VI, da Resolução TCE/AM n. 04/2002, referentes às impropriedades constantes no item 32 do relatório/voto;

Diário Eletrônico do TCE/AM,
Edição Nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 536/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.3- Aplicar multa ao responsável, com fulcro no art. 308, incisos V e VI da Resolução TCE/AM n. 04/2002 c/c art. 54, incisos II e III da Lei Estadual n. 2423/1996, no valor de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, pelas impropriedades constantes nos itens de 24 a 27; 30 e 31; e 32 do Relatório/Voto;

9.4- Notificar o interessado com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para que, querendo, apresente o devido Recurso;

9.5- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa e do alcance aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

10-Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 22 de Junho de 2016.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Claudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA SILVA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral